

NONNA

Informativo do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná | Ano XVI | Número 196

O caminho do TRT-PR

Três diretrizes alinhadas ao Planejamento Estratégico em vigência (2010-2014) formam o Plano de Gestão da atual Administração

Tribunal inicia acordos no interior

A Vice-Presidência do TRT-PR começou por Londrina as tentativas conciliatórias em processos que estão na fase de admissibilidade de Recurso de Revista.

► PÁGINA 4

Processo Judicial Eletrônico

O TRT-PR e algumas varas do trabalho no Estado receberão o PJe-JT a partir de outubro. O sistema foi desenvolvido pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

► PÁGINA 6

Sessão solene marca a posse de Francisco Ermel



Desembargador Francisco Ermel durante o discurso

O Tribunal Regional do Trabalho do Paraná realizou, em 13 de abril, sessão solene de ratificação da posse do magistrado Francisco Roberto Ermel como desembargador da Corte. A solenidade contou com a presença de magistrados, servidores, procuradores, advogados e familiares do empossado.

“É fundamental reforçar que este Tribunal recebe um amigo que tem o perfil profissional dos grandes magistrados, que tem o domínio doutrinário e jurisprudencial das matérias que julga há 22 anos; que tem a segurança, o equilíbrio, a serenidade individual que se requer para o melhor desempenho de um desembargador; que alia a sagacidade interpretativa à erudição jurídica”, disse a presidente do TRT-PR, desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão.

Francisco Roberto Ermel passou a atuar no Tribunal em 12 de março, após o ato de posse realizado no gabinete da Presidência. O novo desembargador ingressou na Magistratura em 1990 e nos últimos 19 anos foi juiz titular da 2ª Vara do Trabalho de Londrina. Antes de ser empossado como desembargador, estava convocado para o Tribunal. Foi nomeado para desembargador do TRT-PR, pelo critério de antiguidade, para atuar na vaga do desembargador aposentado Rubens Edgard Tiemann.

“Estou pronto para um trabalho desafiador nesta nova etapa profissional”, disse o desembargador durante seu discurso de posse.

O desembargador Ricardo Tadeu Marques da Fonseca saudou o empossado em nome do Tribunal Pleno. Ele lembrou a trajetória do desembargador Ermel em Londrina como servidor do TRT-PR, advogado e magistrado.

Além da presidente do TRT-PR, desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão, compuseram a mesa o ministro do Tribunal Superior do Trabalho Fernando Eizo Ono, o conselheiro do Conselho Nacional de Justiça, José Lúcio Munhoz, o desembargador do Tribunal de Justiça Adalberto Jorge Xisto Pereira, a procuradora-chefe em exercício da Procuradoria Regional do Trabalho, Eliane Lucina, e o vice presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Alberto de Paula Machado.

Expediente

Informativo NONA

Publicação do TRT do Paraná

Presidente:

Desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão

Vice-Presidente:

Desembargador Altino Pedrozo dos Santos

Corregedor Regional:

Desembargador Dirceu Buyz Pinto Junior

Diretor-Geral:

Vanderlei Crepaldi Peres

Secretária-Geral da Presidência:

Angelica Maria Juste Camargo

Secretária-Geral Judiciária:

Ana Cristina Lavalle

Assessor de Comunicação Social e

Jornalista Responsável:

Fernando Alves

Assessora de Imprensa:

Flaviane Galafassi

Redação:

Fernando Alves, Flaviane Galafassi e Nelson Copruchinski

Estagiários:

Bruno Calzavara, Leticia Gabriele e Marcos Dias

Fotografia:

Inara Passos e Luiz Munhoz,

Revisão:

Fernando Alves e Flaviane Galafassi

Projeto Gráfico:

Joel Alexandre Gogola

Tiragem:

500 exemplares

Disponível no site do TRT

www.trt9.jus.br

Impressão:

Gráfica Adescryn

Sugestões e opiniões para o NONA:

Assessoria de Comunicação Social do TRT

Av. Vicente Machado, 147 - 8º andar

CEP 80.420-010 - Curitiba-PR

Fone: 41 3310-7309 - Fone/Fax: 41 3310-7171

ascom@trt9.jus.br

Missão do TRT-PR

“Solucionar os conflitos provenientes das relações trabalhistas com qualidade, agilidade, uso responsável dos recursos e respeito ao cidadão”.

Visão do TRT-PR

“Ser referencial de qualidade e agilidade na prestação jurisdicional trabalhista”.

Encontro Nacional no TRT-PR debate a conciliação na Justiça do Trabalho



Abertura do Seminário Trabalho, Conflito e Conciliação

O Tribunal Regional do Trabalho do Paraná promoveu, de 23 a 25 de maio, o I Encontro Nacional de Conciliação da Justiça do Trabalho. Durante três dias, magistrados, advogados e interessados no assunto, juntamente com especialistas de todo o país, debateram temas relacionados à intensificação dos acordos.

O encontro teve dois momentos. Nos dias 23 e 24, magistrados integrantes dos núcleos de conciliação dos tribu-

nais do país se reuniram para trocar experiências e encontrar soluções para a melhoria das ações de conciliação que estão sendo desenvolvidas. Nos dias 24 e 25, ocorreu o seminário “Trabalho, Conflito e Conciliação”. A corregedora nacional de Justiça, ministra Eliana Calmon, participou da abertura do seminário.

Para a presidente do TRT-PR, desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão, “a Justiça do Trabalho, de forma pioneira e desde a época das antigas juntas de conciliação e julgamento que antecederam as atuais varas do trabalho, sempre primou pela busca do acordo entre as partes. Para o juiz do trabalho é obrigatória a tentativa de conciliação, sob pena de nulidade processual. Hoje é consenso que o melhor caminho para a solução dos conflitos é justamente a composição pelas partes e esse encontro

nacional se revela uma grande oportunidade para promover a consolidação dessa nossa experiência”.

Além das pessoas presentes na sede do Tribunal, os internautas também puderam acompanhar o seminário “Trabalho, Conflito e Conciliação”. Por meio de software específico, as imagens e os sons captados pela câmera no evento foram transmitidos para um computador, que por sua vez os tornaram disponíveis aos usuários.

Justiça do Trabalho do Paraná cumpre em 106% a meta do CNJ

A Justiça do Trabalho do Paraná julgou, no ano passado, 119.639 processos no 1º Grau, 52.194 no 2º Grau e ultrapassou a meta número 3 estabelecida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) de julgar quantidade igual ao de processos novos e parte do estoque. Em 2011, foram protocoladas 117.205 novas ações trabalhistas no Paraná e autuados 40.232 novos recursos. No Paraná, o cumprimento da meta foi de 106,69%. O balanço divulgado pelo CNJ informou ter a Justiça brasileira cumprido 92,39% da meta estabelecida.

Além da meta 3, o Tribunal Regional do Trabalho do Paraná (TRT-PR) cumpriu todas as outras quatro metas estabelecidas para a Justiça Trabalhista em 2011: tem unidade de gerenciamento de projetos para auxiliar a implantação da gestão estratégica (meta 1), mantém sistema de registro audiovisual de audiências em unidade judiciária

de primeiro grau (meta 2), implantou programa de esclarecimento ao público sobre as funções, atividades e órgãos do Poder Judiciário em escolas ou espaços públicos (meta 4) e criou um núcleo de apoio de execução (meta 5).

Para a presidente do TRT-PR, desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão, o fato do Tribunal do Trabalho do Paraná ficar em segundo lugar no ranking nacional de cumprimento das metas na Justiça do Trabalho (precedido pelo TRT-RJ) demonstra o cuidado e o comprometimento em oferecer uma Justiça eficiente. “O TRT-PR, mesmo antes do estabelecimento das metas do CNJ, vem criando condições administrativas e jurídicas para agilizar a tramitação dos processos. A própria criação da Secretaria de Planejamento, Estratégia, Gestão e Estatística é de 2010 (meta 1)”, ressaltou a presidente.

TRT-PR se desloca para o Interior para tentar conciliação

O Tribunal Regional do Trabalho do Paraná (TRT-PR) iniciou por Londrina – município a 400 km da Capital – as tentativas de acordo em processos que estão na fase de admissibilidade de recurso de revista, quando as partes desejam recorrer ao Tribunal Superior do Trabalho (TST). Para isso, uma equipe da Vice-Presidência do TRT-PR, responsável pelas demandas dessa fase processual, deslocou-se para o Interior para realização de audiências de conciliação. Em dois dias – 10 e 11 de maio – foram realizadas 61 audiências, com 19 acordos homologados e outros quatro em andamento com possibilidade de conciliação. Os processos são referentes às cidades de Cornélio Procópio, Cambé, Londrina, Porecatu, Bandeirantes e Rolândia.

“O objetivo é levar o Tribunal para as principais cidades do Interior e desta forma permitir a todos o acesso à Justiça, diminuindo deslocamentos e reduzindo o custo do processo”, explica o vice-presidente do TRT-PR, desembargador Altino Pedrozo dos Santos. Ele e o juiz Eduardo Baracat, auxiliar da Vice-Presidência, conduziram as audiências de conciliação em Londrina.

A iniciativa de tentar acordo em processos na fase de admissibilidade de recurso de revista é da atual presidente do TRT-PR, desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão. Quando vice-presidente, em 2011, iniciou o trabalho que resultou, inclusive, em reconhecimento pelo Conselho Nacional de Justiça como prática inovadora. Pelo trabalho, a presidente recebeu, à época, menção honrosa do II Prêmio Conciliar é Legal.

A Vice-Presidência possui competência para conciliar demandas a partir da publicação do acórdão do TRT até

o julgamento definitivo pelo TST. Interposto o recurso de revista, ainda antes de proferido o despacho de admissibilidade, os processos são submetidos a uma triagem, na qual se verifica a possibilidade de acordo e, em seguida, é designada audiência de conciliação.

Em Curitiba, as audiências são permanentes e ocorrem de segunda a quinta-feira. O contato com a Vice-Presidência pode ser realizado pelo telefone (41) 3310-7489 ou pelo e-mail conciliacao.revista@trt9.jus.br. “O resultado é bastante positivo e, da mesma forma como ocorreu em Londrina, vamos realizar as audiências em outras cidades polo do Paraná, como Ponta Grossa, Maringá, Cascavel, Foz do Iguaçu e Guarapuava”, enfatizou o desembargador Altino Pedrozo dos Santos.

▶TRABALHADORES E EMPRESÁRIOS FICAM SATISFEITOS COM ACORDOS

O técnico em Comunicação José Tiago de Lucca e a empresa Transit do Brasil chegaram a um acordo em processo que tramitava desde 2009. Fim de um impasse que poderia ainda durar anos no TST. “Foi a melhor solução para todos”, enfatizou José de Lucca.

O cortador de cana José Darci de Souza, de Porecatu, estava emocionado ao deixar o Fórum Trabalhista de Londrina. Desempregado, vai usar os R\$ 2 mil do acordo que realizou com a Usina Alto Alegre para as necessidades da família. “Com esse acordo não vou precisar esperar mais por tanto tempo pra receber os meus direitos”, comemorou.

“Muitas vezes são processos de valor pequeno que ainda seguiriam por um bom tempo em Brasília. Nesta fase, as partes já têm uma importante ideia do que podem

perder e ganhar, sendo possível a melhor satisfação de seus interesses, através do acordo”, ponderou o juiz auxiliar da Vice-Presidência, Eduardo Milléo Baracat.

Para a advogada da empresa Açúcar e Álcool Bandeirantes, Isabel Yamashita, “conciliar satisfaz ambas as partes e é menos oneroso ao Estado”. A empresa foi a primeira a aceitar o acordo nos processos conciliados em Londrina que estavam com recurso para o TST.

“Além de não esperar mais tanto tempo com o processo em Brasília, consegui resolver tudo aqui, perto de casa”, comemorou o operador de máquinas Celso Alves dos Santos, ao cumprimentar advogados e magistrados.



Desembargador Altino dos Santos fala sobre as vantagens do acordo

Flaviane Galafassi

Flaviane Galafassi

Justiça do Trabalho de Londrina comemora 50 anos



Secretário Edson de Souza e desembargador Altino dos Santos durante descerramento da placa alusiva ao cinquentenário

Uma cerimônia realizada no novo Fórum Trabalhista de Londrina, no dia 11 de maio, marcou o início das comemorações dos 50 anos de implantação da Justiça do Trabalho na cidade. Ao longo de 2012, várias atividades serão realizadas em homenagem ao cinquentenário da Justiça trabalhista na região. A 1ª Vara do Trabalho de Londrina – antiga Junta de Conciliação e Julgamento – foi instalada em 8 de dezembro de 1962.

A data foi lembrada pelo diretor do Fórum Trabalhista, juiz Reginaldo Melhado. “A comemoração dos 50 anos coincide com a transferência da Justiça do Trabalho para o novo Fórum Trabalhista de Londrina. O novo prédio oferece melhores condições de funcionamento e atenderá melhor o cidadão, advogados, servidores e juízes”, enfatizou o juiz.

Participaram da cerimônia o vice-presidente do TRT-PR e então presidente em exercício, desembargador Altino Pedrozo dos Santos; o representante do executivo, secretário municipal Edson de Souza; o presidente da OAB – subseção de Londrina, Elizando Marcos Pellin; o presidente da Associação dos Magistrados do Trabalho (Amatra-IX), juiz Fabrício Nicolau dos Santos Nogueira; o representante da Procuradoria Regional do Trabalho, Luciano Arlindo Carlesso; o superintendente em exercício da Regional Londrina da Caixa Econômica Federal, Olides Milezi Júnior; magistrados; servidores e advogados. Na ocasião, também foi inaugurada a agência da Caixa Econômica Federal no novo espaço.

“Colocar em funcionamento pleno este Fórum, seguramente o segundo maior da Justiça do Trabalho no Interior do Brasil, é fazer justiça à pujança econômica, ao movimento processual e à importância de Londrina nos cam-

pos jurídico, político e social”, lembrou o desembargador Altino dos Santos. “Este ano de 2012, o primeiro do mandato da presidente Rosemarie Diedrichs Pimpão, coincide com o cinquentenário da implantação da Justiça do Trabalho na cidade. Ultimeira mudança do espaço físico para este conjunto de prédios é apenas um dos presentes que Londrina recebe”, completou.

O desembargador informou que está prevista para este ano a inauguração da subseção da Escola Judicial do Tribunal, com auditório próprio e estrutura adequada. “Com isso, o Tribunal estará auxiliando a Escola Nacional da Magistratura a cumprir o projeto de descentralizar o aperfeiçoamento continuado de juízes. Isso será feito com substancial economia de recursos, evitando-se grandes deslocamentos para os cursos de atualização da magistratura e do corpo funcional da Justiça do Trabalho”.

Flaviane Galafassi



Magistrados, servidores, advogados e procuradores acompanharam a cerimônia em Londrina

Processo Judicial Eletrônico será implantado em outubro

O Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) definiu para 19 de outubro a implantação, no TRT-PR, do Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe-JT). A partir dessa data, passarão a operar com o PJe o Tribunal e algumas varas. Outras unidades receberão o sistema de forma gradual, com o objetivo de cumprir a meta de 10% de varas utilizando o PJe já em 2012. O atual processo eletrônico em operação no TRT-PR desde 2009 funcionará até que todas as unidades tenham o sistema desenvolvido pelo CSJT. “O fato de já trabalharmos com o processo eletrônico há mais tempo nos ensinou muito como utilizar essa nova ferramenta e isso contribuirá para a rápida adaptação ao novo sistema”, enfatizou o presidente da Comissão de Informática do TRT-PR, desembargador Ubirajara Carlos Mendes.

Para o desembargador, o fato do TRT-PR utilizar o processo eletrônico desenvolvido pelo próprio Tribunal antes da uniformização nacional pelo CSJT também ajudou na mudança da cultura em relação ao papel. A primeira vara a operar com o processo eletrônico no Paraná foi a 21ª VT de Curitiba, em 2009. Em 2011, o TRT-PR finalizou a implantação em todas as 86 varas do Estado. “Hoje, magistrados, servidores

e advogados estão familiarizados com o uso do processo eletrônico em substituição ao processo de papel”, enfatizou.

O desembargador Ubirajara reuniu magistrados e servidores responsáveis pelas secretarias administrativas para informar como estão os preparativos para a implantação do PJe no Paraná. Estiveram presentes representantes da Escola Judicial, entre eles a diretora, desembargadora Marlene Suguimatsu, e os juízes Eduardo Baracat e Cassio Colombo Filho. Também participou o desembargador Benedito Xavier da Silva.

O TRT-PR deverá indicar multiplicadores que serão capacitados junto ao CSJT para difundir conhecimento sobre como usar a ferramenta. A proposta é que a Escola Judicial formate um curso de capacitação sobre o novo sistema utilizando o material disponível nacionalmente e a experiência adquirida pelos multiplicadores. O curso será ofertado para o público interno e também aos usuários do novo sistema.

De acordo com o desembargador Ubirajara Mendes, o PJe-JT tem inúmeras vantagens técnicas sobre o processo eletrônico atualmente em uso pelo TRT-PR e a adaptação deve ser bem recebida pelos usuários.

Surdos participam de curso no TRT-PR

Deu-se início no TRT-PR, em 19 de abril, o curso de “Inclusão Digital Roberto Dala Barba”, voltado à capacitação de pessoas com deficiência auditiva. Promovido pela Comissão de Responsabilidade Socioambiental, o projeto - que existe desde 2005 - repassou conhecimentos de microinformática e Internet para diversos públicos.

Este ano, 11 alunos encaminhados pela ONG Universidade Livre para a Eficiência Humana (Unilehu), receberão além do conteúdo de informática básica, uma cartilha sobre Direitos dos Trabalhadores e informações sobre Trabalho, Justiça e Cidadania, “porque muitas vezes, pela própria dificuldade na comunicação, as pessoas surdas não sabem como reivindicar seus direitos trabalhistas”, explica a integrante da Comissão de Responsabilidade Socioambiental, Josiane Mendes.

As aulas serão ministradas por instrutores – que fornecerão o conteúdo – juntamente com dois auxiliares, todos servidores voluntários do TRT. Além disso, os alunos terão o acompanhamento do intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras), Renato Vieira, que trabalha com a comunidade surda há 10 anos.

Para a servidora aposentada Elvira Gonçalves Simões, o curso será uma oportunidade para a troca de experiências tanto na área da informática quanto no aprendizado de Libras. “Quando iniciou a capacitação dos servidores

em Libras - em 2008 - eu ainda atuava no TRT, mas não pude participar porque não tinha tempo. Agora terei a chance de contribuir e aprender com eles”, comenta.

Para Amarildo Tavares de Lima, a inscrição no curso se deu pelas exigências feitas pelo mercado de trabalho. “Atuei na área madeireira e percebi o quanto é necessário o conhecimento da computação no trabalho, disse.

Leticia Gabriele



Marcos Dias

Aula no TRT do Paraná

Presidente destaca importância das Instituições de ensino para a conciliação

A disseminação da cultura da conciliação por meio das instituições de ensino foi ressaltada pela presidente do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná, desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão, como essencial para o sucesso da política de vanguarda capitaneada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) dentro da proposta de “Conciliação é a forma mais rápida de resolver conflitos”. Ela participou da abertura do X Seminário de Direito Empresarial e Cidadania – “Conciliação: Prejuízo ou Solução?”, realizado em 7 de maio, no Centro Universitário Curitiba (UNICURITIBA), onde falou sobre conciliação.

“É preciso tempo e, sem dúvida, muito trabalho para que se instale no inconsciente coletivo a ideia de que a conciliação não resolve somente o litígio material constante dos processos judiciais, mas também soluciona e apazigua aquele que lhe é subjacente. A instituição de ensino representa verdadeira mola propulsora nesse processo de encorajamento à conciliação, para que essa cultura se propague, alcançando inclusive a Ordem dos Advogados do Brasil, com vistas à formação de causídicos que exerçam também a advocacia preventiva, prestigiando os métodos alternativos de solução de conflitos, como



Inara Passos

Presidente fala aos alunos do UNICURITIBA

a conciliação, a mediação e a arbitragem”, disse a presidente aos alunos e profissionais presentes.

“Fiz questão de comparecer a este evento porque vislumbro importante avanço no desiderato de, por meio da conciliação, contribuir-se para a paz social”, ressaltou a presidente.

Participaram da mesa de abertura dos trabalhos o reitor Danilo Vianna; os magistrados do TRT-PR Luiz Eduardo Gunther e Eduardo Baracat, professores do UNICURITIBA; o pró-reitor acadêmico Adriano Rogério Goedert e o coordenador do curso de Direito, José Mario Tafuri.

Nelson Copruchinski

Estudantes de Direito atuam na revisão de processos arquivados no TRT-PR

Cerca de 160 estudantes de faculdades de Direito de Curitiba e região metropolitana estão participando do Projeto Horizontes, no Tribunal Regional do Trabalho do Paraná. O objetivo é a revisão dos processos arquivados provisoriamente nas Varas do Trabalho de Curitiba, a fim de obter a satisfação do crédito, realizar conciliação, reduzir o arquivo provisório e contribuir para o ensino acadêmico.

Em 30 de março, 34 acadêmicos da Universidade Federal do Paraná se juntaram aos estudantes da Dom Bosco, Estácio, Facecla, Fesp, PUC de São José dos Pinhais, Tuiuti, Uniandrade e Unicuritiba. Também participaram do projeto, no ano passado, a Faciar, Facinter, Santa Cruz e Unibrasil.

De acordo com o coordenador do projeto, desembargador Márcio Dionísio Gapski, “o desenvolvimento de novas tecnologias e meios de comunicação permitem que

hoje se tenha maior sucesso na localização das partes envolvidas. A própria Justiça do Trabalho evoluiu para realização de convênios com entidades públicas e privadas como o Banco Central e o Detran, e dispõe de sistemas de apoio avançados que ajudam a localizar as partes. A criação do Cadastro Nacional de Devedores na Justiça do Trabalho tem motivado os devedores a honrar os débitos, assim que são localizados, para não vir a sofrer restrições em suas atividades civis, comerciais e trabalhistas”. Além disso, explica o desembargador, “o projeto se revelou uma excelente oportunidade para o aperfeiçoamento dos estudantes”.

O projeto prevê o atendimento individual das unidades judiciárias, conforme cronograma fixado de acordo com as solicitações de auxílio enviadas ao grupo, associadas ao preenchimento de requisitos para consecução dos serviços.

O caminho do TRT-PR

Plano de Gestão alinhado ao Planejamento Estratégico define rumos da Justiça do Trabalho do Paraná

Três diretrizes alinhadas ao Planejamento Estratégico em vigência (2010-2014) formam o Plano de Gestão da atual administração do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná: duração razoável do processo, efetividade dos provimentos judiciais e promoção da saúde ocupacional de magistrados e servidores.

Desde que assumiu a presidência do TRT-PR, a desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão vem direcionando o foco dos trabalhos para o cumprimento dessas diretrizes. Para que a tarefa de garantir a duração razoável do processo seja cumprida, estão em andamento várias técnicas procedimentais no intuito de evitar a demora no trâmite processual. A principal delas é o incremento da conciliação. Para isso, foi criado o Núcleo da Conciliação, que planejou para este ano várias atividades, entre elas o I Encontro Nacional de Conciliação da Justiça do Trabalho, realizado no mês de maio, em Curitiba.

Quanto à segunda diretriz – “Potencialização da efetividade dos provimentos judiciais” – o TRT vem estimulando a uniformização jurisprudencial e mantém o estímulo do aprimoramento da atividade executiva.

“Apesar da intensificação dos trabalhos em prol da aceleração do trâmite processual e da efetividade das decisões judiciais, não podemos nos esquecer da saúde ocupacional

interna. As três diretrizes precisam ser balanceadas para não comprometer a saúde de nossos magistrados e servidores”, ressalta a desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão.

De acordo com ela, é importante que as áreas do Tribunal percebam a importância do trabalho de cada setor para o cumprimento dessas diretrizes. Para isso, a Secretaria de Planejamento Estratégico, Gestão e Estatística (Sepege) organizará vários painéis nas unidades judiciárias e administrativas de todo o Estado de modo a identificar o papel de cada um nesse plano. “É importante que os servidores conheçam e entendam os caminhos que o Plano de Gestão nos orienta a seguir e desta forma compreender como o que fazemos contribui para sua concretização”, diz o diretor do Sepege, Francisco de Assis da Luz Ribeiro.

Conforme explica Assis Ribeiro, estão sendo identificados os indicadores necessários para avaliar o desempenho de cada unidade. A partir daí, será possível saber como está a evolução da Justiça do Trabalho no cumprimento das metas estabelecidas. “Os indicadores vão mostrar onde nos encontramos no caminho almejado e a meta definirá qual será o ritmo que vamos imprimir para concluir esse caminho”, diz.

 Flaviane Galafassi

Veja, nas tabelas ao lado, o conjunto de diretrizes propostas.

1- GARANTIA DA DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO

Identificar pontos de represamento ou possibilidades de aceleração em etapas da tramitação processual e realizar ações que reduzam prazos excessivos, sem comprometimento da qualidade da atividade jurisdicional e da saúde de magistrados e servidores.

PROPOSTAS
1. Estruturar o Núcleo Permanente de Conciliação.
2. Subsidiar a Comissão de Regimento Interno na revisão das disposições regimentais que tratam do fluxo de processos no TRT.
3. Adotar medidas administrativas de apoio à redução do resíduo processual no 2º Grau e do arquivo provisório das Varas do Trabalho.
4. Criar um grupo de trabalho para aprimoramento da atividade probatória pericial e inspeções e de disseminação de sugestões procedimentais.
5. Criar condições de transbordo do Processo Eletrônico atual para o PJE com o mínimo de impacto no desenvolvimento da atividade jurisdicional.

2- POTENCIALIZAÇÃO DA EFETIVIDADE DOS PROVIMENTOS JUDICIAIS

Realizar ações que intensifiquem a efetividade das decisões jurisdicionais proferidas pela Justiça do Trabalho no Paraná, buscando obter resultados sociais concretos que favoreçam o público jurisdicionado com economia de atos processuais.

PROPOSTAS
1. Auxiliar a Comissão de Uniformização de Jurisprudência a estabelecer técnicas de reforço à observância aos precedentes decisórios do Tribunal.
2. Aprofundar e universalizar a capacitação de servidores na atividade fim, em interlocução com a Escola Judicial.
3. Criar e interiorizar fóruns permanentes de cooperação interinstitucional.
4. Aprimoramento da atividade executiva.

3- PROMOÇÃO DA SAÚDE OCUPACIONAL INTERNA

Planejar e promover ações contínuas e amplas destinadas a atenuar os impactos do trabalho na qualidade de vida de magistrados e servidores, bem como prevenir riscos e doenças ocupacionais, no âmbito do TRT.

PROPOSTAS
1. Criar Comissão Permanente de Saúde.
2. Implantar programa de Ergonomia Continuada.
3. Programa de Desenvolvimento Gerencial, voltado ao desenvolvimento de competências de gestão de pessoas.
4. Realizar pesquisa quanto à prevalência e vulnerabilidade ao estresse entre os magistrados e servidores e definir ações de promoção da saúde e qualidade de vida para estes grupos.
5. Implementar o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais.
6. Constituir a Comissão de Segurança Institucional.
7. Proporcionar mecanismos facilitadores para o acesso de magistrados e servidores à saúde.

Seminário sugere critérios sustentáveis a serem adotados em licitações no Tribunal

Práticas ambientalmente responsáveis passarão a ser obrigatórias em editais de compras, após resolução interna

O Seminário “Compras Públicas Sustentáveis no âmbito do TRT-PR”, realizado no dia 20 de abril, no Tribunal Regional do Trabalho do Paraná (TRT-PR), iniciou os trabalhos sob a condução do coordenador da Escola Judicial, juiz Paulo Henrique Kretzschmar e Conti, que lançou um dos grandes desafios relacionados ao tema: Como transformar o slogan da sustentabilidade em prática?

De acordo com o juiz, o artigo 225 da Constituição Federal dispõe que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e cabe ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo, através da efetividade da sustentabilidade”, explicou. Seguindo esse princípio, a coordenadora de Responsabilidade Socioambiental do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), Ana Maria Castro Borges, ministrou a palestra “Projeto Contratações Públicas Sustentáveis”, ressaltando que “as compras governamentais movimentam de 10 a 15% do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil”. De acordo com Ana Maria, “o que falta é uma educação voltada ao consumo sustentável, principalmente se levarmos em consideração que sustentabilidade não diz respeito apenas à esfera ambiental, mas também ao âmbito social e econômico”, esclareceu.

O CSJT está elaborando um Guia Prático de Compras Públicas Sustentáveis a ser adotado pelos órgãos da Justiça do Trabalho. A coordenação da elaboração do guia é de Ana Maria Castro Borges.

Para a procuradora Lilian Castro de Souza, do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), não é difícil se adaptar às licitações ambientalmente responsáveis. Ela comparou os critérios de sustentabilidade a serem adotados com o bom senso usado em atividades domésticas, como escolher produtos que consomem menos energia e devolver lâmpadas e outros resíduos tóxicos ao fabricante.

A procuradora ressaltou a importância da fiscalização. Citou o exemplo de uma funcionária que passou mal pelo uso de produtos de limpeza sem rótulo. “É preciso fiscalizar esses produtos, exigir comprovantes de compra. De

nada adianta incluir vários critérios ambientais na licitação se a empresa não é fiscalizada”, disse. “As empresas vão perder mercado caso não estejam adequadas aos critérios de sustentabilidade”, completou.

Segundo Carlos Eduardo Lustosa da Costa, auditor de Controle Externo do Tribunal de Contas da União (TCU), os editais levam em consideração outros aspectos na compra de um produto, como a durabilidade, a vantagem econômica a longo prazo e, inclusive, a questão ambiental. No entanto, ele alertou para que não haja extremos. “Exigências são restritivas. Às vezes o mercado não tem condições de atender aos critérios pedidos”. Por isso, ele



Seminário realizado em Curitiba

defende a implantação de restrições ambientais paulatinas para não restringir a competitividade.

Uma pesquisa realizada pelo TCU em 2010 apontou que 64% das 34 Unidades Judiciárias pesquisadas não adotam nenhum critério de sustentabilidade nas licitações.

O seminário também contou com a participação de Geraldo de Abreu, do Ministério do Meio Ambiente, e de Mário Luís Krüger, membro da Comissão de Responsabilidade Socioambiental do TRT-PR e integrante do Grupo de Trabalho para a elaboração do Guia Prático de Compras Públicas Sustentáveis do CSJT.

Letícia Santos e Bruno Calzavara

Grupos avaliam tecnologia da informação

A Secretaria de Desenvolvimento de Soluções em TI está efetuando um diagnóstico sobre a tecnologia da informação do TRT-PR, do ponto de vista de desenvolvimento de sistemas. A proposta do grupo é retratar o cenário atual, levantar possíveis soluções para os problemas encontrados e planejar sua implantação. A validação das soluções passa pelo seu alinhamento às diretrizes deste Regional e aos normativos do Tribunal de Contas da União. O resultado desse trabalho foi apresentado no dia 3 de maio, no auditório da Escola Judicial, pelos servidores da Secretaria, com a presença do presidente da Comissão de Informática do Tribunal, Desembargador Ubirajara Carlos Mendes.

Para realização desta tarefa todos os servidores da Secretaria foram mobilizados e distribuídos, conforme seus conhecimentos, em cinco grupos de trabalho vinculados às áreas de Arquitetura de Software, Atendimento a Usuários, Documentação de Sistemas, Gestão e Processos de Desenvolvimento de Software. O objetivo geral do grupo é definir processos e padrões cuja implantação resulte em maior eficiência, organização e qualidade dos serviços prestados pela Secretaria.

Os grupos atuam de forma integrada, cada qual com seus objetivos específicos. À equipe de Arquitetura cabe o estabelecimento de padrões de codificação e definições de linguagens, frameworks e ferramentas de desenvolvimento; a equipe de Atendimento tem por missão o alinhamento ao Service Desk implantado pela STI, de modo a estabelecer



Bruno Calzavara

Apresentação do grupo coordenado por Gerusa Raquel Matos

um canal único de atendimento; a equipe de Documentação tem por escopo implantar a cultura de documentação de sistemas; a equipe de Gestão possui dois objetivos principais, promover o envolvimento dos usuários no desenvolvimento de sistemas e planejar a capacitação dos servidores da SDS-TI mediante implantação de um Programa de Capacitação composto por planos anuais. Por fim, o grupo de Processos de Software é responsável pela elaboração do Processo de Desenvolvimento de Software que será adotado pela SDSTI.

Nelson Copruchinski

TRT implanta novo sistema de estatística

O TRT-PR está em processo de implantação do e-Gestão – Sistema de Gerenciamento de Informações Administrativas e Judiciárias da Justiça do Trabalho. No 2º Grau, o sistema já está funcionando e no 1º Grau as estatísticas estarão disponíveis a partir de agosto. Os dados compilados pelo e-Gestão substituem os atuais Boletim Estatístico (TST) e Justiça em Número (CNJ).

Com o novo sistema, será possível realizar várias formas de levantamento estatístico que poderão auxiliar no funcionamento do Judiciário. Será possível, por exemplo, classificar os processos pelas principais demandas e por assunto.

A ideia do e-Gestão, conforme explica o presidente da Comissão de Informática do TRT-PR, desembargador Ubirajara Mendes, nasceu no Paraná. “Implantamos no TRT-PR, há vários anos, um sistema de base de dados no Primeiro Grau, utilizado para gerenciar as Varas do Trabalho e com disponibilização de dados estatísticos. Agora, será utilizado em todo o País em um formato remodelado e ampliado”.

No dia 18 de abril, o desembargador Ubirajara Mendes e os servidores João Soares Miranda, Daniel de Queiroz Barbo-

sa e Guilherme Ghun Hohmann participaram de uma reunião técnica do sistema e-Gestão no TST. O ministro Antonio José Levenhagen conduziu a reunião e ressaltou que “os números apresentados mostraram que o Regional paranaense teve excelente desempenho na primeira fase do projeto”.

Em 24 de maio, os tribunais receberam, em Brasília, a medalha “Mérito Funcional” e certificados pela dedicação ao projeto. Pelo TRT-PR, foram premiados os servidores João Soares Miranda, Anderson Correa da Silva, Igor Reis de Godoi, Marcos Paulo Scapi, Nilson de Souza Lemes, Rodrigo Ianagui Diniz, Rodrigo Luiz Beber, Wellington Glass da Silva (Secretaria de Desenvolvimento de Soluções em Tecnologia da Informação - SDSTI), Daniel de Queiroz Barbosa (Secretaria de Planejamento Estatístico, Gestão e Estatística - Sepege), Gilmar Teodoro dos Santos (Gabinete da desembargadora Ana Carolina Zaina) e Guilherme Ghun Hohmann (Serviço de Distribuição dos Feitos de 2ª Instância de Curitiba). A premiação foi recebida pelo vice-presidente do TRT-PR no exercício da Presidência, desembargador Altino Pedrozo dos Santos.

Fórum de Cascavel ganha Núcleo Regional da Escola Judicial do TRT Paraná



Fernando Alves
Cerimônia de inauguração do Núcleo da Escola em Cascavel

O Fórum da Justiça do Trabalho de Cascavel passou a sediar, em 2 de abril, o primeiro Núcleo Regional da Escola Judicial. A inauguração contou com a presença da presidente do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná (TRT-PR), desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão, da diretora da Escola Judicial, desembargadora Marlene Fuverki Suguimatsu, e do diretor substituto do Fórum de Cascavel, juiz Daniel Rodney Weidman, que juntamente com o coordenador da Escola Judicial, juiz Paulo Henrique Conti, assinaram a ata de criação do Núcleo.

Ao abrir o evento, a presidente do TRT Paraná destacou a importância da interiorização e da escolha de Cascavel para sediar o primeiro Núcleo da EJ. “Fruto do trabalho constante e da criatividade do juiz Daniel Weidman, que não mediu

esforços e disponibilizou espaço físico e equipamentos num período curto de tempo”, explicou a desembargadora Rosemarie. Com o Núcleo, magistrados e servidores receberão qualificação por meio de cursos presenciais e a distância.

Para a diretora da Escola Judicial, Marlene Suguimatsu, a Escola vem oferecendo à sociedade os mais elevados níveis de aprimoramento desde a sua criação, “que é a possibilidade de aprimoramento contínuo de magistrados e servidores e agora com este Núcleo da Escola se aproxima de seu público”, explicou a desembargadora.

Importante polo regional, Cascavel centraliza um considerável número de juízes e servidores, motivo pelo qual foi escolhida para sediar o Núcleo, “aliada a adequação inicial das instalações e disposição dos juízes, principalmente do Daniel Weidman, em formatar e implantar este núcleo”, completou a magistrada.

Para o juiz Daniel Weidman, a interiorização da Escola é uma aspiração antiga, diante da necessidade de formação continuada, visando ao aprimoramento funcional. “Tivemos quatro semanas para idealizar e implantar o Núcleo e o fizemos com alegria e conjuntamente com juízes e servidores do Fórum de Cascavel, que hoje realizam um sonho”.

Prestigiaram o evento, os juízes Ariana Camata, Sidnei Claudio Bueno e Sílvio Claudio Bueno, do Fórum Trabalhista de Cascavel, a representante da OAB de Cascavel Suzana Perboni e os servidores das varas de Cascavel.

Fernando Alves

Justiça do Trabalho do Paraná escolhe novos desembargadores

O Tribunal Regional do Trabalho do Paraná divulgou o nome dos juízes concorrentes a duas das três vagas criadas pela Lei 12.841/2011 que elevou de 28 para 31 o número de seus desembargadores. A vaga restante será destinada ao quinto constitucional e deverá ser ocupada por indicação da OAB ou do Ministério Público do Trabalho.

Uma das vagas que se destina aos juízes de carreira será preenchida pelo critério de antiguidade. A escolha, que ainda será oficializada por decreto presidencial, recaiu na juíza do Trabalho Adayde Santos Cecone, titular da 20ª Vara do Trabalho de Curitiba, atualmente convocada para atuar na 1ª Turma do Tribunal.

Para a outra vaga, a preenchida pelo critério de merecimento, concorrem os juízes do Trabalho Paulo Ricardo Pozzolo, titular da 8ª Vara do Trabalho de Curitiba e atualmente convocado para a 6ª Turma do Tribunal, Cássio Colombo Filho, titular da 21ª Vara do Trabalho de Curitiba, convocado para atuar na 1ª Turma, e Ney Fernando Olivé Malhadas, titular da 23ª Vara do Trabalho de Curitiba, convocado para atuar na 5ª Turma. Neste caso, a escolha de um dos três nomes indicados será feita pela presidente da República.

Nelson Copruchinski

Desembargador Márcio Dionísio Gapski se aposenta do Tribunal



Desembargador Márcio Gapski: "A sensação é de dever cumprido"

O decreto da Presidência da República concedendo aposentadoria ao desembargador Márcio Dionísio Gapski, que ingressou na magistratura em 1988, foi publicado no Diário Oficial de 10 de maio. "Sempre procurei ser o mais transparente e dedicado possível para evoluir dentro do Tribunal, e espero ser lembrado dessa forma", declarou.

E assim foi lembrado pela presidente do TRT PR, desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão. "O desembargador Márcio possui as qualidades que destacam os homens de bem: lealdade, fidelidade, tranquilidade, humildade e transparência. E é baseado nelas que sempre desempenhou seu trabalho e amou amigos e respeito por onde passou", disse.

Como juiz substituto, atuou em Curitiba, Cascavel, Foz do Iguaçu, Cornélio Procopio, Maringá, Londrina e Toledo. "A sensação é de dever cumprido. Estou saindo com a consciência clara de que o Márcio de hoje é fruto da participação

do Tribunal. Hoje não me vejo desvinculado do TRT", contou. "Só levo aspectos positivos daqui e minha disponibilidade em continuar contribuindo com o Tribunal é grande", garantiu.

Em 1991 foi promovido, por merecimento, ao então cargo de presidente de Junta de Conciliação e Julgamento de Campo Mourão. Posteriormente, exerceu a titularidade das varas do trabalho de Paranaíba, Ponta Grossa, Colombo e da 17ª Vara de Curitiba. Em 2002, foi nomeado desembargador.

Ao pensar sobre sua carreira profissional, ele se lembra do grande apoio que recebeu do juiz Euclides Alcides Rocha quando foi seu assessor e ainda estava indeciso entre a magistratura e o desejo de ser padre. "Confesso que na época de assessor tinha sérias dúvidas, mas Euclides me fez ver que eu poderia fazer da magistratura um sacerdócio. Ele me mostrou que tudo depende da condução do trabalho, senti-me pleno", lembrou.

No Tribunal, integrou as Comissões de Estudos Jurídicos, Informática e Responsabilidade Social e presidiu a Comissão de Conciliação e a Comissão do Mutirão de Processos. No ano passado, idealizou e coordenou a implantação do Projeto Horizontes, o qual visa estender a prática jurídica aos cursos universitários para melhor formação dos acadêmicos. Seus planos futuros incluem continuar contribuindo com o projeto. "Procurei criar um elo com o TRT enquanto ainda estava aqui e este projeto foi o que consegui estabelecer. Espero poder me dedicar com exclusividade a ele daqui para frente".

Ao mesmo tempo em que destaca o brilhante trabalho do desembargador Márcio, a desembargadora Rosemarie lamenta "a perda de um amigo leal, cuja cultura jurídica ímpar e senso humanitário tanto enobrecem a justiça do trabalho do Paraná".

"O TRT-PR perde um grande magistrado, porém seu trabalho e exemplo não vão parar e vão continuar dando frutos e servindo de espelho para esta e as novas gerações de magistrados", finaliza a presidente.

Fernando Alves

Cadastramento de vagas de emprego

A semana do trabalhador não passou em branco na Justiça do Trabalho do Paraná. Postos de atendimento para consultas sobre ofertas de emprego estiveram disponíveis no Fórum Trabalhista de Curitiba e de Foz do Iguaçu. A ação contou com o apoio da Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social (SETP).

Em Curitiba, um posto da Agência do Trabalhador ficou disponível de 2 a 4 de maio e, em Foz do Iguaçu, de 8 a 10. Em Foz, além da procura pelos trabalhadores, muitos empresários também utilizaram o serviço.

Justiça do Trabalho do Paraná estuda novo serviço de perícia

O TRT do Paraná está desenvolvendo projeto destinado ao gerenciamento das atividades de perícias médicas e ambientais. O objetivo é incrementar rapidez e qualidade nesses serviços que são prestados, de forma autônoma, pelos peritos designados pelos juízes.

Para trazer subsídios para esse trabalho, será veiculado internamente questionário dirigido a magistrados e diretores de secretaria. Questões relacionadas à qualidade, duração e custo das perícias pretendem estabelecer o mapa da realidade atual que cerca a realização das perícias nas varas de trabalho e indicar locais e tipos com maior demanda, especialmente porque os sistemas de gerenciamento processual atuais não destacam a prova pericial, para finalidades estatísticas.

O projeto nasceu da constatação de que as varas do trabalho enfrentam dificuldades em relação às perícias, matéria que também foi examinada na Semana Institucional de 2011. A grande quantidade de perícias, a diversidade de especialistas aliadas aos procedimentos para a localização, indicação dos peritos e recebimento dos laudos fazem com que muito tempo e energia institucional sejam despendidos, atrasando a conclusão dos processos.

A perspectiva do TRT-PR é de que se obtenham soluções mais rápidas para as perícias, simplificando essa atividade nas varas do trabalho. Nesse sentido, as respostas e sugestões ao questionário serão de fundamental importância para delinear as propostas e soluções para aperfeiçoamento do sistema que será implantado.

A modernização do Processo do Trabalho é tema de Seminário no TRT

Dirigido a magistrados e servidores, a Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná realizou, nos dias 12 e 13 de abril, o seminário “O Direito Fundamental à Tutela Jurisdicional Eficaz”.

Na abertura dos trabalhos, a presidente do TRT do Paraná, desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão, observou que “sem a efetividade dos direitos fundamentais, não há como se antever um estado democrático. É intencionalmente apropriado que um desses direitos, especificamente aquele que define a missão institucional do Poder Judiciário, seja o objeto deste Seminário: o dispositivo jurídico que assegura o cumprimento, pelo ente estatal, do encargo jurídico de dizer o Direito e executar seus julgados”. Também estiveram presentes na cerimônia de abertura a diretora da Escola Judicial, desembargadora Marlene Fuverki Sugimatsu, o desembargador Luiz Eduardo Gunther, o presidente da Amatra IX, Fabrício Nicolau dos Santos Nogueira e o procurador do Trabalho Ricardo Bruel da Silveira.

Voltado à discussão de temas relacionados às mais recentes aplicações do processo do trabalho, o seminário trouxe duas conferências proferidas por Maria Rosina Rossi Albert, ministra do Tribunal de Apelações do Trabalho do Uruguai, e Nancy Aurora Bluck Bahamondes, diretora Nacional da Associação de Magistrados do Chile, que abordaram o tema da modernização do Processo do Trabalho no Uruguai e no Chile.

Conforme explanação, os meios eletrônicos ainda são pouco utilizados no Uruguai. Apesar disso, segundo a ministra uruguaia Maria Albert, “com a reforma processual introduzida a partir de 2009, a duração dos processos na primeira instância foi reduzida de 11 para quatro meses e, na segunda instância, para 30 dias”. “No Uruguai, a sentença deve ser líquida, a representação para o advogado é automática, a notificação passou a ser feita por meio eletrônico e há gratuidade para o trabalhador”, completou. Ao contrário do Uruguai, segundo informou Nancy Bahamondes, do Chile, o processo eletrônico naquele país já está implantado e hoje praticamente não existem processos em papel.

A conferência “A adequação formal do processo e do dogma da ordinariade nos procedimentos em meio eletrônico” foi apresentada por Luciano Athayde Chaves, juiz titular do TRT da 21ª Região (Rio Grande do Norte) e ex-presidente da Anamatra. Para Chaves, “o processo eletrônico é uma técnica para realizar a justiça e não algo que subverta a ação para dentro do processo. O sistema processual deve ser aberto com regras e princípios e não um sistema de atos formais, do qual o juiz não pode se afastar sob pena de nulidade”.

Encerrando o seminário, Sérgio Cruz Arenhardt, procurador da República do Ministério Público Federal da 4ª Região, falou sobre “Processo Coletivo: problema ou solução?”.

 Nelson Copruchinski

Presidente sanciona lei que cria 11 varas

O Diário Oficial da União nº 84 de 2 de maio traz a aprovação da LEI No 12.617, que dispõe sobre a criação de Varas do Trabalho na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná, bem como a criação de cargos de Juiz do Trabalho, os cargos de provimento efetivo, cargos em comissão e funções comissionadas.

De acordo com a lei sancionada pela presidenta Dilma Rousseff, são criadas na jurisdição do TRT-PR 11 Varas do Trabalho, distribuídas nas cidades de Apucarana, Bandeirantes, Cascavel, Colombo, Cornélio Procópio, Francisco Beltrão, Pato

Branco, Ponta Grossa, Porecatu, São José dos Pinhais e Toledo.

Para a presidente do TRT-PR, desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão, “esta é uma vitória obtida por meio do trabalho entrosado, no Congresso Nacional, de deputados, senadores e líderes políticos do Estado, que entenderam a real necessidade de se ampliar a atuação da justiça trabalhista no Paraná, a fim de beneficiar os trabalhadores paranaenses”.

A desembargadora destaca que “a instalação das varas dependerá de diretrizes do TST, que determinam a implementação do Processo Eletrônico na justiça do trabalho”.

TRT-PR tem dois novos juízes substitutos

Dois novos magistrados compõem o quadro de juízes da Justiça do Trabalho do Paraná: o magistrado Jeronimo Borges Pundek foi investido como juiz substituto no dia 2 de maio e a magistrada Lecir Maria Scalassara Alencar, em 8 de maio. As cerimônias de investidura ocorreram no gabinete da Presidência do TRT-PR, em Curitiba.

Natural de Curitiba, Jeronimo Borges Pundek exerceu a magistratura no Rio de Janeiro durante os últimos três anos. Na cerimônia de investidura, o então presidente em exercício, desembargador Altino Pedrozo dos Santos, ressaltou a importância do processo de remoção que permite aos juízes substitutos voltarem para perto de suas famílias.

Em seu discurso, Jerônimo Pundek agradeceu a recepção e disse que “espera realizar um bom trabalho no Paraná, à altura do merecimento do Tribunal”.

A juíza Lecir Alencar atuava no TRT da 8ª Região (Pará e Amapá) e foi removida para o TRT do Paraná. Na cerimônia de investidura, a desembargadora Rosalie Michaelae Bacila Batista, presidente regimental, deu as boas-vindas

à juíza, natural do Noroeste do Paraná. A desembargadora destacou as dificuldades que a mais nova juíza substituta do TRT-PR enfrentou na época em que exercia a juricatura em Macapá (AP), quando passava longas horas no avião para visitar o marido Geraldo e o filho Raul, que já moravam em Curitiba. “Em seu retorno, chegava ao Aeroporto Alberto Alcolumbre, no Norte do Brasil, às 3 horas da madrugada, poucas horas antes das audiências marcadas para as 8 da manhã nas segundas-feiras”, contou. “Uma batalhadora, não? É a história da perseverança feminina”, completou.

A juíza Lecir Alencar se disse emocionada. Ela relembrou a difícil caminhada até este momento e prometeu continuar o bom trabalho na Justiça. Após assinar o termo de investidura, fez questão de citar a missão do TRT-PR, onde declarou ter sempre sonhado em atuar. “Estou tão emocionada, não dá para descrever. Estou muito feliz de reencontrar minha família, de ingressar no quadro deste Tribunal e de continuar minha carreira aqui no nosso Estado”, disse.



Juíza Lecir Maria Scalassara Alencar: Feliz por ingressar no quadro do TRT do Paraná



Juiz Jeronimo Borges Pundek: Espera realizar um bom trabalho no Paraná

Encontro reúne magistrados e servidores aposentados no Centro de Memória



Inara Passos

Representantes das três instituições se reuniram no gabinete da Presidência do TRT-PR

Nada melhor para uma quinta-feira à tarde do que reencontrar amigos de longa data. Os servidores e magistrados aposentados do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná que o digam. No dia 12 de abril, o TRT-PR recebeu o quarto encontro "Memória da Justiça do Trabalho: ampliação do acervo por meio da confraternização entre magistrados e servidores aposentados", realizado no Centro de Memória, em Curitiba.

A abertura do evento ficou a cargo do Coral Harmonia, que apresentou canções clássicas da cultura de países germânicos como "Danúbio Azul", de Johann Strauss, assim como a brasileira "Lá no Pé da Serra", de Elpidio dos Santos. A presidente do TRT do Paraná, desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão, saudou os presentes. "Para nós, magistrados e servidores que seguimos em atividade, é uma bênção usufruir novamente do convívio, de experiências, das lições, exemplos e, principalmente, da companhia de cada um dos que alcançaram a aposentadoria".

Além de promover o reencontro de quem contribuiu para a casa, o evento teve como objetivo ampliar o acervo do Centro de Memória com gravações de depoimentos que contam as experiências dos servidores e magistrados. Os aposentados também foram convidados a contribuir novamente com o Tribunal, dessa vez como voluntários de projetos desenvolvidos ou apoiados pela instituição. O Projeto Horizontes, por exemplo, busca revisar os processos arquivados provisoriamente nas varas de Curitiba, a fim de obter a satisfação do crédito, realizar conciliação e reduzir o arquivo provisório.

Esse foi o primeiro evento do magistrado Zeno Simm, aposentado na década de 90, e da servidora Regina Lúcia Carvalho, que acaba de se aposentar após 31 anos no TRT. "Aqui, estou conseguindo reencontrar pessoas com quem tive um grande vínculo no passado", enfatizou o magistra-

do. "Estou achando bastante interessante a forma de se procurar aposentados para que venham exercer trabalhos voluntários dentro da própria instituição, onde viveram muitos e muitos anos", declarou Regina.

Outros aposentados presentes também aprovaram a iniciativa do reencontro. Leir Tadeu destacou a oportunidade de se rever colegas de trabalho que, por causa da aposentadoria, acabaram perdendo o vínculo que os unia, que era o trabalho. "Agradeço à direção do Tribunal por nos dar essa oportunidade de rever os amigos e poder colaborar de alguma forma para que esse evento se repita", disse. Aurea Tinoco é outra entusiasta de novos encontros como esse. "Foi uma ótima ideia para continuarmos mantendo o contato, para não haver aquele desligamento. Espero que continue assim por muitos anos e que eu possa comparecer (risos)".

Bruno Calzavara



Inara Passos

Crianças de escola pública de Cornélio Procópio